

CURADORIA E CONFORMIDADE NA GESTÃO DE ACERVOS SENSÍVEIS

A anonimização de laudos de Medicina Legal à luz da LGPD

CURATION AND COMPLIANCE IN THE MANAGEMENT OF SENSITIVE COLLECTIONS

Anonymization of Medico-Legal Reports in Light of the Brazilian General Data Protection Law

Cláudia Garcia Pettan Leme Teixeira

Universidade de São Paulo, USP

E-mail: claudia.pettan@usp.br

RESUMO

A digitalização de acervos documentais produzidos por instituições públicas amplia as possibilidades de preservação e acesso à informação, mas também intensifica os desafios relacionados à privacidade e à proteção de dados pessoais sensíveis. Nesse contexto, destacam-se os laudos médico-legais do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), cujo acervo reúne aproximadamente 850 mil documentos contendo informações de elevada sensibilidade. Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias de adequação desses acervos aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com ênfase na anonimização e na curadoria digital. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental fundamentada em literatura das áreas de Ciência da Informação, Arquivologia, Bioética e Proteção de Dados. Os resultados indicam que as principais técnicas de anonimização empregadas na atualidade são o K-anonimato, a L-diversidade, a T-proximidade e a Privacidade Diferencial. Embora esta última seja considerada a abordagem mais robusta sob o ponto de vista matemático, verificou-se que a combinação entre K-anonimato, L-diversidade e T-proximidade permanece como a estratégia mais utilizada em contextos governamentais e médico-legais, em razão de sua viabilidade operacional e capacidade de preservar a utilidade informacional dos dados. Conclui-se que a anonimização, associada a práticas de curadoria digital e governança da informação, constitui instrumento fundamental para a proteção de dados sensíveis, possibilitando a preservação documental, a produção de conhecimento científico e a garantia dos direitos fundamentais dos titulares dos dados.

XII Congresso Internacional em Tecnologia e Organização da Informação

Guimarães, 24 de junho a 10 de julho de 2026

ISSN: 2965-4130

DOI: 10.5281/zenodo.23103194

Palavras-chave: anonimização; proteção de dados pessoais; LGPD; laudos médico-legais; curadoria digital.

ABSTRACT

The digitization of documentary collections produced by public institutions expands opportunities for information preservation and access while simultaneously increasing challenges related to privacy and the protection of sensitive personal data. In this context, the medico-legal reports maintained by the Institute of Social Medicine and Criminology of São Paulo (IMESC) are particularly significant, as the institution's collection comprises approximately 850,000 documents containing highly sensitive personal information. This article aims to analyze strategies for aligning such collections with the requirements of the Brazilian General Data Protection Law (LGPD), with a particular focus on anonymization and digital curation. The study is based on a bibliographic and documentary review drawing upon literature from the fields of Information Science, Archival Science, Bioethics, and Data Protection. The findings indicate that the primary anonymization techniques currently employed are k-anonymity, l-diversity, t-closeness, and differential privacy. Although differential privacy is widely regarded as the most robust approach from a mathematical perspective, the combination of k-anonymity, l-diversity, and t-closeness remains the most commonly adopted strategy in governmental and medico-legal contexts due to its operational feasibility and its ability to preserve the informational utility of data. The study concludes that anonymization, when combined with digital curation and information governance practices, constitutes a fundamental mechanism for protecting sensitive data, enabling documentary preservation, scientific knowledge production, and the safeguarding of data subjects' fundamental rights.

Keywords: anonymization; personal data protection; Brazilian General Data Protection Law (LGPD); medico-legal reports; digital curation.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. L. V. **Ética da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2008.

ARAÚJO, N. C. **Ética e prontuário de paciente**. São Paulo, SP: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2017.

ARRUDA, M. I. M. O laudo médico-legal como fonte de informação e seu papel social (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Pará). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2000.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Estudo técnico sobre anonimização de dados na LGPD**: Uma visão de processo baseado em risco e técnicas computacionais (Versão 1.0). Brasília, DF: ANPD, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351–360, 1991.

BUCKLAND, M. K. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804–809, 1997.

CAPURRO, R. **Informação**: Etimologia e história das ideias para uma fundamentação do conceito. Brasília, DF: Editora Ibict, 2026.

CARVALHO, G. P.; PEDRINI, T. F. **Direito à privacidade na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Curitiba, PR: InterSaberes, 2021.

DIGITAL CURATION CENTRE. (n.d.). DCC curation lifecycle model. Disponível em: <https://www.dcc.ac.uk/guidance/curation-lifecycle-model>.

DWORK, C. Differential privacy: A survey of results. In M. Agrawal, D. Du, Z. Duan, & A. Li (Eds.), *Theory and applications of models of computation* (p. 1–19). Berlin, Alemanha: Springer, 2008.

FERREIRA, D. A. A.; PINHEIRO, M. M. K.; MARQUES, R. M. **Privacidade e proteção de dados pessoais**: Perspectiva histórica. Belo Horizonte, MG: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

FINKELSTEIN, M. E.; FINKELSTEIN, C. **Privacidade e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2020.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, v. 15, n. Número Especial, p. 7–21, 2003.

LI, N.; LI, T.; VENKATASUBRAMANIAN, S. t-closeness: Privacy beyond k-anonymity and l-diversity. In *Proceedings of the 23rd IEEE International Conference on Data Engineering* (p. 106–115). IEEE, 2007.

LUNA GONZÁLEZ, M. E. **El manejo de la confidencialidad en el tratamiento de la información**. Ciudad de México, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

MACHANAVAJJHALA, A.; KIFER, D.; GEHRKE, J.; VENKITASUBRAMANIAM, M. L-diversity: Privacy beyond k-anonymity. **ACM Transactions on Knowledge Discovery from Data**, v. 1, n. 1, Article 3, 2007.

MADELEINE, S. Ferramentas gratuitas para anonimização de imagens médicas. Blog IMAIOS, 2022. Disponível em: <https://www.imaios.com/br/recursos/blog/5-melhores-ferramentas-de-desidentificacao-dicom>.

OHM, P. Broken promises of privacy: Responding to the surprising failure of anonymization. **UCLA Law Review**, v. 57, n. 6, p. 1701–1777, 2010.

OTLET, P. **Traité de documentation**: Le livre sur le livre: Théorie et pratique. Bruxelles, Bélgica: Mundaneum, 1934.

SANTOS, R. N. M. dos. Informação, conhecimento, educação e cidadania. **Transinformação**, v. 15, n. 3, p. 307–320, 2003.

SANTOS, T. N. C. Curadoria digital e preservação digital: Cruzamentos conceituais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 450–464, 2016.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria digital: Um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, p. 179–191, 2012.

SILVA, A. M. **La convergencia LAM**: Bibliotecas, archivos y museos. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2015.

SWEENEY, L. k-anonymity: A model for protecting privacy. **International Journal of Uncertainty, Fuzziness and Knowledge-Based Systems**, v. 10, n. 5, p. 557–570, 2002.

TORRES, S.; ALMEIDA, M. B. O conceito de documento na Ciência da Informação e Arquivologia. In Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013). Florianópolis, SC, Brasil, 2013.